

ALEJANDRA CIRIZA\*

## HERANÇAS E ENCRUZILHADAS FEMINISTAS: AS RELAÇÕES ENTRE TEORIA(S) E POLÍTICA(S) SOB O CAPITALISMO GLOBAL

### CENÁRIOS

Se há algo que constitui uma recorrência nos últimos tempos é a enorme complexização dos debates no campo das teorias e da filosofia políticas. Do espectro de assuntos, variados e heterogêneos em grande medida, interessa-nos tomar como eixo de nossas preocupações a crise de um conjunto de categorias e ferramentas teóricas para pensar as condições da ação e as formas de articulação entre teoria e política no campo do/s feminino/s.

Embora seja certo que o feminismo nunca constituiu um corpo homogêneo nem do ponto de vista teórico nem do ponto de vista das práticas, a forma sob a qual as velhas antinomias retornam remete, a meu ver, a um processo de desarticulação de pressupostos que, mesmo com sérias dissidências, constituíam o solo comum do que se entendia como feminismo nos anos inaugurais da segunda onda: um coletivo de identificação –as mulheres– e uma certa proximidade política com tradições progressistas, tanto liberais como da variada esquerda, que acompanhara as reivindicações das mulheres. Mais que isso: alheias ao

\* Doutora em Filosofia. Pesquisadora do CONICET e professora de graduação e pós-graduação na Universidade Nacional de Cuyo e em outras universidades. Seus campos de pesquisa e docência são a epistemologia das ciências sociais, a filosofia política e a teoria feminista.

dilema da representação, nós feministas falávamos por nós mesmas. Hoje um certo corte atravessa os campos da teoria e da prática política, ao mesmo tempo em que um limite sinuoso entrelaça ativismos e financiamentos, organizações não governamentais e agências, estados e organismos internacionais. É difícil encontrar nas polêmicas que ocupam muitas das teóricas feministas –cada vez mais elaboradas e sinuosas, cada vez mais autonomizadas– orientações que permitam guiar as práticas em um horizonte que tende por sua vez ao estreitamento das possibilidades emancipatórias e à multiplicação das posições<sup>1</sup>.

De minha perspectiva, as encruzilhadas atuais nos debates feministas se devem muito à cisão entre produções teóricas e práticas políticas feministas e à desarticulação em relação à dimensão histórica. A perda de relevância no tocante às conjunturas prático-políticas e o abandono do ponto de vista da totalidade, tal como a entendia Lukács, assim como o desvanecimento da densidade histórica, dão-se em um duplo registro. Por um lado, sem dúvida, a fragmentação e a instantaneidade estão ligadas aos próprios suportes a partir dos quais se produz hoje a hegemonia. Por outro, a aceleração nos processos históricos, a vertigem nas transformações sociais, impede encontrar conexões entre o passado e o presente, estiliza a história, desarticula a memória. As identidades políticas (se é que ainda se pode falar de algo semelhante), e mais ainda as dos vencidos, parecem cada dia mais ancoradas nos avatares das biografias, na morosidade que as vidas particulares adquiriam em relação à velocidade das transformações sociais, que torna possível a subsistência de rituais, práticas, utopias que não parecem outra coisa senão resíduos de tempos passados. A coexistência entre o mais arcaico e o mais novo, entre os resíduos do passado e a última novidade tecnológica, atravessa as estratégias, as crenças, as identificações dos sujeitos no terreno da luta política. Poderia-se dizer que a decomposição do registro histórico da experiência produziu uma espécie de perda na direção da caminhada. As mudanças nas relações entre história e memória, na forma pela qual subalternos e subalternas se colocam diante de seu passado, parecem não contribuir para a construção de uma direção que canalize a práxis emancipatória. Uma direção do estilo daquela que Benjamin invocava, capaz de procurar uma orientação no instante de perigo, de iluminar alguma saída no momento da crise. Em

---

1 Os feminismos tornaram-se, sob a forma de estudos de gênero e inclusive sob a forma menos civilizada de teorias feministas, parte do campo científico, cujas regras exigem que o produto obtido, isto é, o conhecimento científico, seja apresentado como relativamente independente de suas condições sociais de produção (Bourdieu, 1994: 131).

1924 Benjamin dizia: “Até os sinais comunistas constituíam em primeiro lugar o indício de um sobressalto que despertou em mim a vontade, não mais como o fiz até aqui, de mascarar por obra de um retorno ao passado os aspectos atuais e políticos de meu pensamento, senão a vontade de desdobrá-los em minhas reflexões e fazê-lo até o extremo” (Witte, 1990: 99).

Trataremos neste trabalho de um dos dilemas históricos do/s feminismo/s: as tensões entre as políticas de justiça e as de identidade; entre a necessidade de reconhecimento da diferença, que nos aproxima da crítica ao heterossexismo obrigatório e traça laços de solidariedade com gays e lésbicas, com travestis e transexuais, e a necessidade de traçar estratégias conjuntas com @as oprimid@as, com @s desiguais mais do que com os diferentes.

Em um contexto de complexização e transformação do cenário, a questão da diferença abre entre as teóricas feministas múltiplas interrogações e cruzamentos ligados tanto com a questão dos limites do dimorfismo sexual como com os debates provocados pela intervenção daqueles que não podem se reconhecer nos emblemas do feminismo histórico (assunto, como Hobsbawm já apontara alguma vez, de mulheres de classe média, ocidentais e ilustradas). A impossibilidade de falar de um feminismo se torna cada vez mais visível. Inclusive em países com uma tradição forte, como os Estados Unidos, “as *slashers* não acreditam poder expressar seus desejos de um mundo melhor, sexualmente liberado, mais igualitário por meio do feminismo, elas não sentem que podem falar como feministas, não sentem que o feminismo possa falar por elas” (Jameson, 1996: 213). Existe, ao que parece, um distanciamento cada vez maior entre feministas acadêmicas e feministas militantes, ao mesmo tempo que no terreno das práticas aparecem novos sujeitos cujas demandas e estratégias não sempre são suscetíveis de uma vinculação harmônica, mesmo quando estiverem relacionadas com a questão do corpo, do gênero, da diferença<sup>2</sup>. É preciso considerar

---

2 A crítica em relação às acadêmicas não é só um fenômeno norte-americano. O receio em relação à especialização constitui um assunto recorrente também nos debates feministas na Argentina, do mesmo modo que a indicação da distância entre reivindicações feministas e demandas das mulheres de setores populares, cuja aproximação ao feminismo foi e é conflituosa e problemática. A terceira fase, se consideramos como tal a entrada em jogo da diversidade das mulheres e das diferentes posições feministas, toca-nos nesse ponto de modo pleno. No entanto, talvez a diferença com respeito aos países centrais resida na debilidade e no caráter fragmentário das experiências feministas em nosso país. A esta diversidade entre mulheres (outrora sujeito privilegiado do feminismo) é necessário somar a emergência do movimento GLTTB e os estudos *queer*, simultaneamente fonte de renovação e de disputa.

um fator a mais no que se refere à fragmentação teórica: ela não se liga só à multiplicidade dos pontos de vista disciplinares, ou à complexização dos modelos teóricos de pensamento, mas também a processos históricos que articulam a organização capitalista do trabalho à divisão entre trabalho manual e intelectual, e se traduz em processos diferenciais de institucionalização, especialização e internacionalização do trabalho intelectual<sup>3</sup>.

Um duplo movimento atravessa o terreno teórico: se por um lado as polêmicas se bifurcam, multiplicam e complexizam perdendo interesse no tocante às reivindicações imediatas ou às possibilidades de enlace com a prática, por outro os saberes instrumentalizáveis revelam-se como aqueles que efetivamente orientam as intervenções de maior envergadura, sejam as das organizações da sociedade civil ou aquelas promovidas a partir do estado. O terreno político no qual nos movemos apresenta-se, por detrás de uma aparência de dispersão e fragmentação, paradoxalmente homogêneo e consistente no que se refere à incorporação das demandas das mulheres. Do lado da desigualdade vale para as mulheres o mesmo que para as excluídas e excluídos do sistema. Do lado da diferença, o sistema é quase inexpugnável, diria, e não precisamente propício à incorporação de demandas radicais<sup>4</sup>.

A indicação do século XX como o do “avanço das mulheres” não é menos ambivalente: enquanto Perry Anderson aponta a relevância adquirida pela questão da emancipação das mulheres como relato principal da época, ligado a um processo de atenuação da hierarquia dos sexos graças às pressões em escala mundial em favor da incorpo-

---

3 Vale a pena assinalar a pertinência que as observações realizadas pela escola de Frankfurt neste ponto mantêm, tanto no atinente à conversão da abstração real em abstração científica, como no que se relaciona ao avanço da racionalidade instrumental como forma de organização material tanto do mundo como das formas de conhecimento acerca do mundo (Sohn Rethel, 1979). A expansão da instrumentalização cognitiva implementada a partir da intervenção dos organismos internacionais, assim como a pressão que estes modelos cognitivos exercem através da exigência de padronização dos conhecimentos e do imperativo de produzir diagnósticos e projetos capazes de cumprir com as exigências de intervenção focalizada e eficaz (o que Popper teria chamado engenharia social fragmentária), constituem exemplos diante dos quais nos encontramos cotidianamente, e com respeito aos quais nem sempre dispomos de uma explicação adequada.

4 Duas breves referências à política recente constituem prova suficiente: por um lado, a brutal repressão policial contra @s piqueteiros e @s trabalhador@s desocupad@s é um indicador dos umbrais de tolerância do sistema frente ao protesto social d@s subaltern@s; por outro, os decretos da Corte Suprema de justiça tentando proibir a anticoncepção de emergência, assim como as interferências recorrentes por parte de juízes e membros da câmara a respeito do direito d@s adolescentes a receber informação adequada sobre sexualidade, anticoncepção, etcetera.

ração de modificações antidiscriminatórias, Lipovetsky, em sintonia com os ares conservadores que por estes tempos correm, não duvida em destacar o incômodo que sozinho o nome de “feminista” promove neste momento pós, associado à juridicização das relações entre os sexos e à “febre vitimista” provocada pelas reivindicações das mulheres, ao mesmo tempo que celebra a democratização dos ideais de beleza como signo do advento da “terceira mulher”, essa que em suas palavras “conseguiu reconciliar a mulher radicalmente nova e a mulher sempre repetida” (Anderson, 2000: 5-21; Lipovetsky, 1999: 12)<sup>5</sup>.

Se o campo acadêmico está dominado pela multiplicação das perspectivas e pelo abandono das certezas, no plano político a instalação de um sentido comum conservador traça os limites do que se considera politicamente correto ou possível. Hoje é difícil inclusive mencionar questões como a do aborto sem enfrentar uma enxurrada de argumentos acerca dos direitos da criança por nascer e de advertências (teóricas, éticas e políticas) sobre o tipo de conflito em questão<sup>6</sup>. Pode-se mencionar menos ainda os tópicos clássicos para o feminismo, como o prazer (que hoje oscila entre os pólos pós-modernistas do hedonismo *cool*, e o muito mais sério mas não por isso estetizado e retorizado assunto do desejo/do gozo, modulados em um registro herdado de Lacan) ou a liberdade, assunto decididamente passado de moda pressionados como estamos pela necessidade de obter alguns direitos em uma conjuntura na qual o inimigo não deixou de vencer<sup>7</sup>. Direitos, por outro lado, cujo sentido dista de ser aceito pelo conjunto das feministas como uma ferramenta emancipatória.

Muitas, na esteira de Derrida, põem em questão o valor dos direitos, concebidos como excessivamente ligados a uma lógica de

---

5 O que Lipovetsky parece ignorar é que a regulação da relação com a natureza, incluído o corpo humano, está também subordinada à lógica das relações sociais estabelecidas sob o capitalismo, isto é, a propriedade privada. O capitalismo avançou na privatização dos recursos naturais, sobre a regulação das relações sociais, no domínio e controle das novas tecnologias, na colonização e mercantilização de diversos aspectos da vida humana, incluídos sonhos e desejos (Kurtz, 2002). É indiscutível que hoje existe a possibilidade de realizar modificações sobre o corpo pela via das intervenções cirúrgicas, mas seria pelo menos ingênuo supor que isto esteja ao alcance de tod@s.

6 Para alguns filósofos políticos trata-se de conflitos do tipo “um ou outro”, em torno de questões inegociáveis como a vida (Hirshman, 1996: 128). A posição é, contudo, contestável.

7 Digo herdado de Lacan, porque em sentido estrito trata-se da transformação de algumas categorias teóricas procedentes do campo da psicanálise em ferramentas de leitura no campo dos estudos culturais e da teoria feminista, ou de sua redefinição em prol de uma interpretação filosófico-política da questão da ideologia e do sujeito político (Žižek, 1992).

propriedade aplicada sobre o próprio corpo e ao que Laura Klein, por exemplo, não duvidou em denominar como o juridicismo dos 90s, que nos teria conduzido a “uma ilusão miserável: a norma jurídica como panacéia existencial” que transforma o corpo em coisa, em objeto de direito sobre o qual se exerce, como sobre um ente qualquer, a propriedade (Klein, 1999: 77).

## TEORIA E POLÍTICA: DOS DOURADOS ANOS 60 AO FIM DA HISTÓRIA

Se há mais de um século na *Tese 11* Marx anunciava que havia chegado o momento de transformar o mundo, e não somente de interpretá-lo, hoje o distanciamento entre teoria e política adquire uma multiplicidade de formas que obedecem às mudanças na relação entre economia e cultura, entre teoria e política. O peso dos retrocessos sociais e políticos torna sumamente dificultoso imaginar um projeto emancipatório. Se Sartre, em um espaço social marcado pelas insurreições estudantis, pela emancipação norte-africana e pela revolução cultural chinesa, havia pensado que o marxismo constituía o horizonte obrigatório de todo pensamento e havia marcado com crueza as conseqüências da expansão colonial do Ocidente, hoje é claro que as marcas estão dadas pela caída do muro, pelo predomínio do neoliberalismo e pela fragmentação das esquerdas. A isso é necessário somar, sem dúvida, alguma expectativa nascente mas ainda incerta<sup>8</sup>. De modo que a resposta acerca de quais serão as ferramentas teóricas para pensar um presente tenso constitui um espaço de disputa.

Debatemos em um terreno que não escolhemos, um terreno no qual a democracia sem atributos, portanto a que (se diz) “brota naturalmente” do solo do mercado e da livre competição capitalista se apresenta como a panacéia de todos os males. A associação democracia-capitalismo é esgrimida com a força das evidências irrefutáveis ainda que a experiência de maior êxito, a da idade de ouro do capitalismo, tenha mostrado a excepcionalidade dessa união, mesmo que se revele mais ou menos claro que a recessão não tem fim, que os processos de cidadanização constituem hoje por hoje parte de uma retórica tão recorrente como vazia. Se à luz do que foi dito anteriormente as relações entre capitalismo e democracia se mostram cada vez mais de exclusão

---

<sup>8</sup> Refiro-me à emergência de uma caleidoscópica gama de experiências políticas, lidas freqüentemente como signos da emergência de novos sujeitos da transformação social. Negri optou por chamá-los “a multidão”, enquanto outros, mais precavidos, falam de “resistências globais” (Hardt e Negri, 2002: 5).

recíproca, no entanto, é preciso contar com essa espécie de “sentido comum democrático” que se instalou há mais de vinte anos e impulsiona, como se se tratasse de algo natural, a crença na afinidade entre democracia, capitalismo e cidadanização, representada imaginariamente “à Marshall” como correlação entre proclamação de um direito e gozo de uma garantia.

A insistência sobre o assunto da cidadania marca ao mesmo tempo os limites e as precisões em uma conjuntura de retrocessos políticos e ideológicos. Por um lado deu-se nos últimos anos uma revitalização disciplinar da filosofia política. Porém, esta se realiza em um contexto histórico de declínio dos debates propriamente políticos, em um ambiente de domínio da economia sobre a política. Ao mesmo tempo, alguns acontecimentos, talvez em si mesmos triviais, constituem indicadores sociais e ideológicos do retrocesso. Direitos sociais que há vinte anos se imaginava definitivamente conquistados retrocedem sob a artilharia neoliberal, e o discurso da responsabilidade funde sem pudor contribuinte, usuário e cidadão. Ao mesmo tempo, no caso argentino, a Igreja católica regula e obstrui, quando não estabelece, as agendas governamentais no que se refere aos direitos das mulheres e das crianças. Recordemos o decreto menemista que institui o dia “Da criança por nascer”, a oposição à regulação da fertilidade, o bloqueio das tentativas de despenalização (nem digamos de legalização) do aborto. Tudo isso sem sequer tocar em assuntos como o da tolerância à diversidade sexual. Aquilo que hoje nós feministas debatemos há de se enquadrar necessariamente neste clima político, derivado de derrotas e limites estruturais que pesam cada vez com maior força sobre os setores subalternos –e nós mulheres ainda o somos.

Talvez uma das dificuldades não menores para uma teoria e uma prática feministas sob a conjuntura atual seja a de manter aquilo que constituíra nossa marca de entrada no espaço público, ali pelos anos sessenta: a reivindicação pela visualização da significação política da diferença sexual, e o sentido da justiça e da igualdade. Então os feminismos combinavam um estranho amálgama de radicalidade, contestação, marginalidade e exterioridade com relação aos mundos institucionalizados, e um certo ar insurrecional que hoje, ao que parece, se perdeu. As observações nesse sentido são confluentes. Com respeito ao movimento feminista francês diz Françoise Collin: “O recente objetivo da paridade na esfera da representação que anima a cena francesa não pode ocultar esta revolução, e de uma certa forma esta inversão: o desafio feminista que se desloca da sociedade civil para a representação,

e da insurreição para a instituição” (Collin, 1999: 33-39). E em tom humorado a argentina Hilda Rais assinala: “Depois entramos nas leis do mercado [...] Assim foi como a economia doméstica obrigou a arte a se converter em profissão, a se constringer a pressupostos cada vez mais exíguos outorgados por mecenas estrangeiros ou autóctones por cujos favores se compete” (Rais, 1996: 93).

O clima de emergência do feminismo esteve enquadrado por uma época que poderíamos chamar de crise da modernidade madura. Insurreição, *joie de vivre*, leve ultrapassagem de limites, transformaram-se (quem melhor para reconhecê-lo e assinalá-lo do que o conservador Lipovetsky) em afã jurídicista. No plano da política tratava-se de revoltas juvenis: a irrupção de 68 e sua onda expansiva em nível mundial; o rastro de descontentamento, insurreição e protesto de rua que estremecera toda a América Latina após o processo revolucionário cubano; a derrota norte-americana no Vietnã; as guerras de emancipação nacional na África. No plano da teoria, uma série de debates fendiam as noções de consciência, sujeito e história. A linguagem adquiria uma enorme relevância à medida que se advertia seu peso na estruturação das imagens do mundo, das identificações e dos desejos. Não se tratava mais de uma questão de lógicos ou filósofos empenhados em uma terapêutica da linguagem a fim de emancipar a filosofia do pesado lastro da metafísica, senão de discorrer e debater acerca de sua incidência na organização do próprio mundo, como produtor de efeitos identificatórios sobre os sujeitos, como indutor de experiências e conhecimentos, como espaço de inteligibilidade e sentido, como materialidade significante. A linguagem sobre a qual se discute é a da lógica do inconsciente, a que interpela o sujeito e induz práticas e rituais no espaço de inscrição das genealogias familiares, mas também a que se joga no próprio terreno da política (Laclau, 1975).

Uma renovação tanto política como teórica acompanhou a emergência da chamada segunda onda do feminismo.

A comoção das certezas obrigava os marxistas não só a debater acerca da especificidade dos processos econômico-sociais em cada formação social, ou as modalidades e efeitos das relações imperialistas, mas a polemizar em torno da própria noção de classe, muito estreitamente ligada ao ressonante assunto do reducionismo economicista. Uma espécie de nova luz iluminava as relações culturais, ao mesmo tempo em que mostrava a especificidade da política e dos processos que amarravam o individual ao coletivo no terreno da linguagem e do inconsciente. O político deixava de consistir em um problema de sujei-



tos coletivos constituídos como classe no processo de produção para se ligar aos territórios imprecisos da reprodução e da vida cotidiana, da sexualidade e da escola, aos espaços de construção do sentido comum tanto como das relações de exploração no trabalho. Por acréscimo, a advertência acerca do caráter não consciente da ideologia tornava visível o espectro do desejo, as fantasmáticas, interpelações e reconhecimentos jogados na linguagem e no território ambíguo dos imaginários individuais e coletivos. O desenrolar da questão da classe, a crítica do reducionismo economicista, e a relevância adquirida pelo tema da hegemonia e das significações, deslocavam os interesses teóricos para a ordem do simbólico e da cultura.

A crítica pós-estruturalista aparecia para não poucos/as intelectuais como um território que permitia achar respostas adequadas às novas questões ao mesmo tempo em que apresentava uma maior proximidade com as perguntas que as feministas formulavam para si: o assunto da diferença, das secretas afinidades entre *logos* ocidental e falocentrismo, das formas de inscrição dos mandatos sociais na subjetividade, das relações entre corpo e poder, entre diferença sexual e política<sup>9</sup>. Isso contribuiu para produzir a idéia de que existia uma espécie de afinidade eletiva entre feminismo e pós-modernidade no campo da cultura, entre feminismo e pós-estruturalismo no espaço da produção teórica, entre feminismo e novos movimentos sociais no campo da ação política.

Nascidas da crise dos sujeitos da política clássica e amarradas à comoção da noção de classe, as políticas e a teoria feministas foram vistas, a partir de um acúmulo de circunstâncias, como dificilmente articuladas à tradição marxista. Sexismo de um lado e uma diversidade dificilmente unificável de outro, assim como interpretações diversas, inclusive com respeito dos alcances do político e do politizável, atentaram contra as possibilidades do que se poderia chamar, para para-

---

9 Nesses anos a psicanalista, filósofa e lingüista Luce Irigaray se interrogava sobre os fundamentos simbólicos da cultura ocidental e publicava em 1974 *Speculum de l'autre femme*: exercício de leitura de um texto clássico de Freud, *A feminidade*, o livro demonstra os supostos falocêntricos que articulam a interpretação freudiana acerca da constituição da subjetividade feminina. O conceito de feminidade elaborado por Freud, segundo Irigaray, deriva do uso de um único modelo de genitalidade, e de uma única forma possível de transitar o complexo de Édipo elaborado sobre o padrão da experiência do pequeno varãozinho. Não só um único mapa da genitalidade, senão um único modelo de desejo e prazer, o masculino, deixa as mulheres ou por debaixo ou por fora do “modelo”, que é masculino. Desse modo, o a priori e o desejo do mesmo não se sustentam senão graças à dominação que a lógica do mesmo impõe sobre as diferentes.

frasear a ironia de Paramio, alguma forma de “casamento feliz” (Stotz Chinchilla, s/d; Paramio, 1986). E, além disso, empenhos de mútua renegação não constituem novidade alguma. Mabel Bellucci recordava não faz muito tempo as “omissões” do manifesto comunista e assinalava: “O Manifesto Comunista é o chamamento à emancipação humana de maior influência universal [...] Pese ter pensado a classe trabalhadora como um todo, o sujeito enunciado serão os varões adultos. Neste documento, os particularismos genéricos e etários tiveram estatuto de conflito [no entanto] existiram pontas demais para passarem despercebidas da problemática social de então: mulheres trabalhadoras, mulheres lutadoras, mulheres escritoras... mulheres clamando por justiça no espaço do público. Enquanto que no espaço do privado, a divisão sexual do trabalho –determinada pela reprodução biológica– foi entendida a partir de representações patriarcais: como uma divisão natural, com tudo o que este sentido invoca” (Bellucci e Norman, 1998). Se o sexismo de Marx não deixa lugar para muitas dúvidas, não é demais recordar, pelo espelho, a renegação que muitas feministas fazem não só das vinculações teóricas com o marxismo, como de toda relação com a esquerda, ainda quando não sejam poucas as que provêm dessa tradição na Argentina<sup>10</sup>. Os anos oitenta encontrariam muitas feministas na celebração entusiasta da crise do marxismo, e no empenho por sublinhar a descontinuidade entre classe e novos sujeitos. A contraposição entre a cisão leninista entre política e âmbito privado e o clássico lema feminista mostravam a impossibilidade de articulação. A isso somava-se a impugnação que o coletivo de mulheres havia feito da famosa tese dos dois tempos: um para resolver as contradições de classe, outro para a emancipação das mulheres (Pasquinelli, 1986).

Quanto aos feminismos, não se trata só das marcas deixadas pelas condições de sua emergência, da heterogeneidade inevitável ligada à crise dos sujeitos da política clássica, das ambivalências e dificuldades na hora de articular políticas, mas de uma multiplicação acelerada da diversidade. As diferenças não se referem só às posições ideológico-políticas (a idéia já clássica de Norma Stotz Chinchilla de um feminismo liberal, radical e marxista) ou aos assuntos de estratégia ligados à complexização e à ampliação do espectro do movimento (feministas e

---

10 As conclusões do estudo de Valentina da Rocha Lima sobre o exílio brasileiro são extensivas às experiências realizadas pelas militantes políticas do cone sul durante a década de 70: da militância política na esquerda à “descoberta”, na maioria das vezes contraditória e dolorosa, do feminismo (Da Rocha Lima, 1984; Ciriza, 1997a).

movimento de mulheres, além das relações com o movimento GLTTB –Gay, lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais) e às estratégias relativas ao aparelho do estado, senão às ênfases diferenciais mediante as quais se considere a questão da diferença sexual. Se nos anos sessenta e setenta a especificidade da diferença podia ser lida em termos da equiparação de direitos e da recuperação de um lugar para as mulheres na ordem humana à maneira como o poderia ter feito Simone de Beauvoir, a idéia de uma experiência feminina específica, ligada ao que nos anos oitenta (e para a tradição anglo-saxônica) foi chamado de ética do cuidado, não tardaria em lançar uma aura de suspeita sobre as próprias noções de cultura, humanidade, valores. A própria experiência humana seria diferente em um sentido forte. Nós mulheres teríamos sido efetivamente as outras da história, as portadoras de um princípio outro de cultura, identidade humana, relação com a natureza e com outros/outras.

Por conseguinte, seja sob o signo negativo da opressão, ou sob o signo exultante da radical alteridade diante do mundo de morte criado pelo sexo guerreiro, a universalidade e onipresença da opressão feminina no espaço e no tempo deu origem à crença na possibilidade de uma certa unidade. Não se duvidava que o feminismo fosse (mesmo sob o signo da pluralidade, da variedade das experiências, da multiplicidade das situações) a fonte de um novo princípio de unificação da experiência humana, ligado à utopia da irmandade entre as mulheres e à descoberta de uma subordinação/alteridade tão radical que nos amalgamava em um destino de opressão comum<sup>11</sup>. Nos anos setenta e ainda nos oitenta as mulheres construiriam, a partir da “invisibilidade” e da exclusão do poder, estratégias destinadas à descoberta das poderosas articulações entre sexo e política, entre o pessoal e o político. Sob o signo das revoltas juvenis que percorreram o mundo inteiro, elas conseguiriam novas formas de protagonismo e reivindicação, ao mesmo tempo em que uma surpreendente articulação entre o protesto político e a vanguarda cultural, entre a produção intelectual e a prática política.

A encruzilhada atual, em compensação, a da denominada terceira onda, está marcada de um lado pelo aumento exponencial das desi-

---

11 Trabalhei sobre esta questão em um escrito anterior dando ênfase aos desafios teóricos da academização da produção teórica e dos dilemas políticos resultantes do crescimento acelerado ligado à incorporação das mulheres de setores populares e do ingresso do estado (Ciriza, 1997b: 53-168).

gualdades sob a expansão do capitalismo global, e de outro, por uma fragmentação e multiplicação das identidades que deu lugar a uma multiplicidade de práticas e sujeitos. Em sua fase tardia o capitalismo implica a exclusão de porcentagens crescentes da população e a concentração de capital em poucas mãos, concentração que vai de mãos dadas com o aumento tanto das desigualdades entre países centrais e periféricos como das desigualdades em cada país.

Sem dúvida o cenário se transformou. Mais de trinta anos de feminismos nos situam diante de uma forte modificação nas relações entre sociedade civil e estado, entre teoria e política, entre cultura e política, entre feministas e feministas, diante do desafio de encarar o que entendo como um retorno conservador que impede pôr na mesa algumas das demandas que em outras conjunturas não duvidávamos levantar; mas também diante de uma espécie de paralisia própria sobre a qual me parece necessário refletir.

#### POLÍTICAS FEMINISTAS: DAS ARTICULAÇÕES ENTRE POLÍTICA, ECONOMIA E CULTURA

Esclarecer a forma de relação entre economia, política e cultura parece uma questão relevante no que toca à questão das políticas feministas. Marcados pela dispersão inerente às políticas culturais e da identidade, os feminismos parecem estar habitados pela exacerbação das diferenças, sem que seja possível encontrar um ponto de amarração ou sequer de acordo entre nós. Da imaginária fraternidade entre as mulheres passamos à proliferação de posições, à conversão do feminismo na quase idioleto versão que cada feminista tenha sobre ele. E isso, que aparentemente não é muito problemático do ponto de vista teórico, é somente um sintoma que se converte freqüentemente em um obstáculo no momento de articular as ações. A suscetibilidade narcisista nos faz passar muitas vezes sem escala nem transição da fraternidade à impossibilidade de concertar sequer alianças – não digamos estratégicas, o que seria desejar demais – mas apenas táticas. O debate na realidade é imenso, mas para sintetizar de algum modo cabe citar a propósito a perspectiva de Anna Jónasdóttir: “creio que é realista não supor uma irmandade genuína entre as mulheres; inclusive nem mesmo solidariedade. Talvez a única união realista em larga escala seja a aliança para certos temas. A irmandade, concebida como um laço afetivo de certa profundidade, de amizade e às vezes de carinho, provavelmente só é possível entre poucas. A solidariedade, entendida como uma vinculação que não pressupõe necessariamente amizade pessoal, mas que im-

plica compartilhar fardos, pode ser possível entre muitas. As alianças limitadas, sejam defensivas ou ofensivas podem ser consideradas como a união mínima entre todas as mulheres” (Jónasdóttir, 1993: 248).

As relações entre capitalismo global e cultura apresentam uma dupla face: por um lado a cultura se fragmenta *ad infinitum* e o pós-modernismo, como mostra Jameson, se organiza como a forma de legitimação cultural do capitalismo tardio; por outro, a cultura-mercadoria se distancia cada vez mais das possibilidades de produzir alguma forma de ferida simbólica no puro espaço do domínio tardo capitalista. Se as pontes entre capitalismo e cultura, entre vanguardas estéticas e formas de contestação política foram de trânsito freqüente na chamada idade de ouro do capitalismo, e se o modernismo foi uma arte de oposição: escandaloso, corrosivo, dissonante com respeito ao princípio de realidade estabelecido, dos valores e do sentido comum dominante, o pós-modernismo em compensação se apresenta como conciliador. Dificilmente produzirá desacordos e escândalo (Jameson, 1999). Em um mundo de paixões políticas e estéticas amortizadas, pouco é o que escandaliza. Como diz Lipovetsky, nada parece mais distante do clima de época do que o distúrbio e a confrontação. Contudo, a tensão se apresenta em outro terreno. Tensão entre um processo cada vez maior de concentração capitalista e de unificação econômica que coexiste com uma fragmentação cultural extrema, uma colonização capitalista de todos os cantos do globo e uma reivindicação inclusive exaltada das especificidades locais de todo tipo (étnicas, culturais, religiosas), um aumento brutal das desigualdades e uma retirada dos ideais de compromisso social (Sen, 2000: 21-57). É visível, além disso, um apelo constante a acordos e consensos em um clima de crescente ameaça bélica e de freqüente uso da força por parte dos poderosos. Esta tensão encontra manifestações inclusive na “civilizada” Europa, onde a marcha genovesa foi duramente reprimida pela polícia. Ezequiel Adamovsky relata: “Na marcha soubemos que os meios independentes também haviam sido atacados com gases, e começaram a circular os rumores de que a polícia havia matado um manifestante. No dia seguinte veríamos nos jornais a clara seqüência de fotos nas quais se vê como um carabineiro dispara sua pistola a um metro da cabeça de um manifestante desarmado para depois passar por cima de seu corpo inerte com as duas rodas do jipe policial. Chamava-se Carlo Giuliani, era um *squatter* filho de um velho e querido dirigente sindical italiano, e morreu com vinte e três anos” (Adamovsky, 2002: 5). Não é difícil observar as afinidades

que este acontecimento apresenta com o assassinato de Kosteki e de Santillán em junho de 2002 na Argentina.

A capacidade de contestação cultural no velho sentido da subversão no campo das significações dissolve-se na mansidão da mercadoria, enquanto as tensões não são menores no plano social: desigualdades crescentes e concentração cada vez maior da riqueza em poucas mãos; perda das garantias que o chamado estado de bem estar oferecia; aumento da pobreza; e queda livre, sem rede, para os desocupados e excluídos do sistema. A brutal evidência do aumento da cisão social não produz, como em outros tempos, identidades coletivas claramente polarizadas em torno de um eixo de conflito. Este coexiste com identidades políticas fragmentárias, complexas, difíceis de articular<sup>12</sup>.

Se na idade de ouro do capitalismo a tensão entre economia e política ainda encontrava espaço de confrontação no campo político, e os debates em torno do futuro da classe trabalhadora implicavam a crença em alguma forma de articulação entre o que então se chamava de os novos sujeitos da política e o proletariado, hoje parece que a luta política se dispersa em disputas identitárias que não encontram formas de articulação. É que os cenários se tornaram complexos. Perdemos muitos dos parâmetros que orientavam e direcionavam os conflitos e as alianças no passado.

### A LUTA PELO SOCIALISMO/AS POLÍTICAS IDENTITÁRIAS: CAMINHOS QUE SE BIFURCAM?

Para Ellen Meiksins Wood, a globalização capitalista, a perda de um horizonte certo voltado para o futuro, a convicção das dificuldades inerentes à construção de uma sociedade socialista, o fim do proletariado clássico, são traduzidos por não poucos integrantes das esquerdas em termos do abandono da luta anticapitalista. A estratégia a ser desenvolvida, aquela possível, dadas as estreitas margens disponíveis,

---

12 É impossível nesta exíguas páginas dar conta simultaneamente da profundidade do processo de exclusão e da recorrência da questão da fragmentação das identidades políticas. No entanto, a virada dos acontecimentos parece mostrar que as afirmações de García Canclini relativas à nova lógica integrativa e comunicativa das sociedades *mass mediatizadas*, nas quais o consenso se organizaria a partir de uma multiculturalidade padronizada, estavam bastante distantes de um diagnóstico aceitável com respeito às formas de constituição das identidades políticas. Nada parece apontar nos últimos processos, tanto na Argentina como na ordem mundial, para uma alegre globalização cultural nem para uma pacífica coexistência multicultural, pois os processos de concentração econômica e de exclusão social começam a ser incompatíveis com a “lógica integrativa comunicativa” (García Canclini, 1996: 3).

consistiria no abandono dos objetivos políticos macro e na busca de estratégias tendentes a liberar espaços nos interstícios do capitalismo por meio de lutas ligadas às chamadas políticas da identidade, enquanto se deixa de lado o terreno da luta de classes. De sua perspectiva, as políticas da identidade supõem a perda da idéia de um enfrentamento do capitalismo a partir de uma força política inclusiva: “a classe como força política desapareceu e com ela o socialismo como objetivo político. Se não nos podemos organizar em escala global tudo o que nos resta é ir ao outro extremo. Tudo o que podemos fazer, aparentemente, é nos voltarmos para dentro, concentrando-nos em nossas próprias opressões locais e particulares” (Meiksins Wood, 2000: 111-118).

As políticas da identidade, das quais o feminismo seria uma expressão, ilustrariam precisamente esse tipo de estratégia de desmantelamento de objetivos políticos e de concessão apaziguada. Porém, se tomamos ao pé da letra as invectivas de Judith Butler contra Nancy Fraser em uma polêmica recentemente publicada na *New Left Review*, do que se trataria exatamente é de uma evidência de certa tendência marxista a desprezar os novos movimentos sociais acusando-os de ser portadores de demandas meramente culturais, e de levar a cabo uma “política cultural” fragmentadora, identitária e particularista<sup>13</sup>.

A acusação de Butler tem a virtude de mostrar uma descrição correta das políticas da identidade e ao mesmo tempo por em evidência as limitações de certos argumentos lançados a partir da esquerda. Tal como Butler o indica: “a ênfase no cultural da política de esquerda dividiu a esquerda em seitas baseadas na identidade [...] perdemos um conjunto de ideais e metas comuns, um sentido da história comum, um conjunto de valores comuns, uma linguagem comum e inclusive um modo objetivo e universal de racionalidade [...] a ênfase no cultural da política de esquerda instaura uma forma política auto-referencial e trivial que se limita a fatos, práticas e objetos efêmeros no lugar de oferecer uma visão mais sólida, séria e global da inter-relação sistemática das condições sociais e econômicas” (Butler, 2000: 110). Argumentos que apelam, a partir de um ponto de vista muitas vezes suspeitamente

---

13 Muitos dos tópicos do debate teórico Fraser/Butler são úteis para pensar a atual conjuntura argentina, devido à emergência de novas práticas políticas ligadas à explosão de mobilizações que inundaram em cascata as ruas e espaços públicos entre 19 e 21 de dezembro de 2001. Ao grito de “fora todos” surgem novas práticas políticas ligadas ao rechaço das formas tradicionais de tomada da palavra, da institucionalidade e da ação. No entanto, tal como apontei em outro lugar, é preciso manter uma postura tensa entre o velho que não acaba de morrer e o novo que ainda não acaba de nascer.

retrógrado e conservador, à unidade perdida devido a “triviais ofensas” vinculadas ao não-reconhecimento de identidade/identidades. Incapazes de tolerar aquilo que de iconoclasta ainda nestes tempos continua ligado às demandas feministas, os argumentos esgrimidos a partir de uma certa esquerda têm um fiozinho que os aproxima muito aos da direita cultural mais conservadora. De ambos os lados, definitivamente, apela-se para o retorno da unidade.

Uma breve referência ao caso argentino: em 1997 se levou a cabo o XII Encontro Nacional de Mulheres em San Juan. Os encontros são um espaço compartilhado por feministas e mulheres de setores populares em um ritual que se realiza desde 1985 em distintos pontos do país. A feroz oposição da igreja católica à realização do evento sanjuaniano esteve impregnada de fumaça de incenso e apelos à Sagrada Família, em um clima de evidente hostilidade à reivindicação feminista de legalização do aborto, mas também pelo trabalho realizado a partir do interior mesmo do Encontro por alguns partidos políticos que, como o Partido del Trabajo y del Pueblo, PTP (Partido do Trabalho e do Povo), tentam a todo custo invisibilizar a discriminação sexista, uma ‘trivialidade’ diante da dureza da situação econômica. Como indica com agudeza Marta Vasallo “à artilharia fundamentalista o Encontro respondeu pondo o acento no social, confinando no canto aquilo que incomoda e convém ocultar: as oficinas sobre prostituição, aborto, lesbianismo” (Vasallo, 1997: 90).

É provável que as políticas baseadas na luta pelo reconhecimento suponham limitações. É possível inclusive que o terreno do cultural implique o abandono e inclusive o desconhecimento das lutas anticapitalista. No entanto, não é advogando pela unidade, suprimindo as diferenças como “irrelevantes” ou desconhecendo as demandas em sua especificidade que se avança mais rapidamente rumo ao socialismo. Talvez fosse interessante considerar que a tendência à fragmentação, mais do que produto somente do júbilo narcisista nas diferenças ou da resignação diante do avanço do capitalismo, obedece à própria lógica do capitalismo tardio, naquilo de fazer a história em condições não escolhidas, mas fazê-la.

Concentração capitalista e fragmentação cultural não são senão caras da mesma moeda, de modo que a lógica da luta política, no meu entender, não deveria abandonar este caráter de aparência paradoxal –luta no terreno anticapitalista e luta pela identidade– ou para dizê-lo à maneira de Fraser: políticas da justiça e da identidade, ligadas a diferentes ofensas, é verdade, mas na maioria das vezes para as mulheres



ou os gays, as lésbicas e @s travestis pobres, profundamente imbricadas, necessariamente contraditórias e indivisíveis.

### HERANÇAS E ENCRUZILHADAS: O QUE UMA REFLEXÃO A PARTIR DO MARXISMO PODE APORTAR ÀS FEMINISTAS?

Do que foi dito até aqui se pode inferir que as novas condições trouxeram atreladas certas transformações nas relações entre política e teoria, entre economia e cultura. Se o panorama pudesse ser sintetizado de alguma maneira diríamos (com o risco de simplificar) que as formas de luta política ligam-se à demanda de reconhecimento ao mesmo tempo que os cenários internacionais constituem, cada vez mais, espaços de concentração de recursos técnicos, cognitivos e políticos. As políticas feministas bifurcaram-se, por assim dizer: de um lado especialistas, técnicas, intelectuais transnacionalizadas; de outro, aquelas que reclamam pelo reconhecimento das ofensas ligadas a suas diversas identidades, ou a seu caráter de excluídas pelo capitalismo. De um lado, políticas dos direitos ligadas a acontecimentos de alcance internacional, à instalação da questão da democracia e da cidadania como questão central de debate; de outro, proliferação das diferenças e das identidades, implosão das diferenças e das desigualdades<sup>14</sup>. No campo das produções intelectuais a tensão pode ser esquematizada, talvez de um modo pouco matizado, entre instrumentalização e estetização. Estudos chamados culturais e pós-coloniais invadem a cena como herança da contestação desconstrucionista e pós-estruturalista, enquanto uma onda de padronização de projetos e regulação dos financiamentos instala um estilo de produção que caberia perfeitamente na tese popperiana das “engenharias sociais fragmentárias”. As relações entre política e economia, entre política e teoria, converteram-se em uma espécie de hieroglífico impossível de decifrar.

Enquanto o capitalismo se apresenta sob a imagem de única alternativa através das narrativas reiteradas dos apóstolos do neoliberalismo, muit@as intelectu@ais e acadêmic@as produzem formas de interpretação teórica cada vez mais irrelevantes no tocante à transformação do mundo, uma espécie de enigma incompreensível aos olhos

---

14 Só para citar os acontecimentos internacionais mais ressonantes: a Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Beijing, o Fórum de Organizações Não-Governamentais que teve lugar em Huairou, a avaliação da aplicação da Plataforma de Ação, conhecida como Beijing + 5.

do sujeito estranhos ao campo intelectual; ao mesmo tempo que o campo da economia se transforma em único e o mundo mais global do que nunca, os espaços culturais se apresentam cada vez mais como um território fragmentado.

Teoria e política constituem hoje uma unidade impossível. Fragmentação cultural e unidade do capitalismo globalizado, as duas caras de uma moeda sem outra sorte que esta: ou a crença no azar catastrofista, que nos libera de toda reflexão acerca das formas de intervenção, de práxis humana, ou a desencantada constatação de uma necessária, inelutável, queda na barbárie. Provavelmente se poderia resumir a questão da seguinte maneira, ao custo de uma simplificação brutal: se o domínio fechou todo o horizonte de práxis política transformadora e o mundo tornou-se um hieroglífico indecifrável, e se por acréscimo decifrá-lo de nada serve porque romperam-se as articulações entre teoria e práxis política, a saída somente pode proceder do azar, de um acontecimento inesperado para além das forças e das capacidades humanas, ou a queda na barbárie capitalista é um destino inelutável, anunciado há mais de três décadas, em 1967, pelo filme *O planeta dos macacos* de Franklin Schaffner.

As transformações na ordem econômica implicaram também uma redefinição da relação entre economia e política. Como afirma Meiksins Wood, a estrutura de produção e exploração do capitalismo tende a fragmentar a luta de classes, a domesticá-la, a torná-la local e particularista (Meiksins Wood, 2000: 115). Isto é: enquanto o capitalismo se globaliza, as lutas políticas tendem a ser apresentadas como questões locais e dispersas, escaramuças circunscritas a um lugar, intempestivas irrupções nas escassas fissuras do capitalismo global. Por acréscimo, uma profunda cisão entre economia e política parece autorizar uma visão que tende a separar e abstrair cada vez mais as considerações acerca da política separando direito e garantia, emancipação política e social, cidadania e mercado, economia e política. Isso explica em boa medida a fragmentação, mas também precisamente por isso, torna imprescindível uma teorização das articulações que existem entre economia e política, entre economia e cultura: um olhar que nos devolva as conexões entre as resistências à globalização capitalista e às identidades específicas, que estabeleça conexões entre o europeu e o trabalhador desocupado que na Argentina enfrentam também uma polícia cada vez mais brutal e repressiva.

A lógica do capitalismo tardio implicou a mercantilização extrema dos produtos culturais, ao mesmo tempo em que o aprofundamento

da divisão entre trabalho manual e intelectual até limites desconhecidos. A conversão da cultura em mercadoria reproduzível e dessacralizada, assim como a fragmentação das práticas, conduz, longe do que sustentam algumas interpretações em circulação ligadas à ênfase na democratização (Landi, 1986) ou à crença em um deslocamento do campo da produção ao dos consumos (García Canclini, 1997), a um domínio direto da economia sobre a cultura, assim como a uma crescente instrumentalização dos saberes.

Não se trata, como afirmam alguns pós-modernizantes e desconstrucionistas *à la page*, de um mundo no qual tudo se tornou simbólico, ou cultural. Em todo caso cumpriu-se um processo de máxima abstração ligado ao domínio direto da economia sobre a cultura, a política, a teoria.

Trocamos abstrações, mas é a lógica da troca, e da troca mercantil, o que constitui hoje, como há mais de duas décadas apontara Alfred Sohn Rethel, a forma da síntese do laço social. Domínio direto da economia, subordinação do trabalho intelectual às demandas diretas do capital sob a forma de saberes técnicos não só referidos às tecnologias de intervenção sobre a natureza como também às de administração das coisas e dos “recursos humanos” (Sohn Rethel, 1979; Ciriza, 1999b)<sup>15</sup>.

O mundo do capitalismo tardio é simultaneamente o da proliferação das identidades diferenciais no campo da política, ligadas, a diferenças culturais. E é também um mundo no qual as relações entre teoria e política se desarticulam de maneira acelerada. Os saberes acadêmicos ou se especializam e se vinculam de uma maneira cada vez mais explícita a requerimentos de tipo técnico, ou se estetizam, acoplando-se à herança pós-moderna ou pós-estruturalista, apelando ao que alguns não duvidam em considerar como a forma sublime de politização da teoria: a atenção a uma retórica cada vez mais estetizante e, que mal nos pese, não só incompreensível para os iniciados, senão freqüentemente impotente e estéril. É preciso assinalar que essa argumentação não supõe o rechaço das conexões entre arte e política nem a crença na argumentação racional como via nem espaço privilegiado. Porém, do meu ponto de vista, a arte não é a única via de politização possível, nem a cultura o terreno privilegiado de contestação e revolta,

---

15 A questão das abdições políticas da academia foi objeto de uma interessante quantidade de discussões nos últimos tempos. Pelo menos era esse o entendimento de Marysa Navarro na VI Jornada de História das Mulheres e I Congresso Ibero-americano de Estudos das Mulheres e de Gênero realizado em Buenos Aires em agosto de 2000.

ainda quando seja importante. O terreno da memória, a recuperação das experiências de subalternas e subalternos, a exploração em torno do inevitável peso do passado que não se dissolve no ar de uma retórica mais ou menos poética, constituem dimensões da prática política que é preciso considerar.

Impõe-se com urgência uma leitura que permita advertir as conexões entre práticas e teoria levando em consideração que os processos que cruzam as relações entre acadêmicas, técnicas e militantes, entre teóricas e políticas, excedem as fronteiras do feminismo. É preciso não ignorar que os requerimentos da divisão do trabalho nos alcançam e supõem uma recolocação de nossos lugares como intelectuais; que os processos dos últimos anos conduziram à diferenciação das práticas, à especialização e à profissionalização, à institucionalização e à fragmentação, à autonomização dos saberes e a uma dependência muito mais estreita com respeito às demandas da academia do que com as demandas do movimento (movimento?) feminista e de mulheres.

Diferentemente do que ocorreu nos dourados anos 60, hoje as feministas encontram-se concentradas na academia, refugiadas em ONGs, profissionalizadas em consultorias, institucionalizadas no estado. Diferentemente do que ocorreu então, os graus de relação com o estado são estreitos: realizamos nossa política e bebemos amargos desencantos. Diferentemente do que ocorreu nos anos 60, temos leis e convenções, celebrações e cotas, mas também ausência de garantias para semelhante proliferação legal e índices cada vez maiores de exclusão e pobreza, assim como também um clima de conservadorismo visceral que torna impossível escutar as demandas de outros tempos.

A partir do marxismo como campo teórico há aquelas de nós que temos algo para dizer. Algo mais do que recomendações relativas à demanda de unidade e à supressão das políticas da identidade, algo mais do que debates a propósito do caráter lateral ou decisivo para o capitalismo das ofensas relacionadas com a identidade sexual e o heterossexismo obrigatório. Talvez o que nós feministas que procedemos da tradição marxista possamos aportar seja um ponto a partir de cujo horizonte se pode encontrar os nexos entre economia e cultura, entre globalização tardo-capitalista e fragmentação cultural e política como cenários produzidos ao longo de um processo histórico não linear nem progressivo, que desembocou sob o capitalismo tardio na conjunção entre desigualdade crescente na ordem econômica e social e passivação cultural, entre aumento das desigualdades e implosão das diferenças. Isto, contudo, não implica a aceitação da exigência de unidade e

supressão da especificidade das demandas de quem, a partir de identidades diferenciais, contestam o heterossexismo obrigatório.

Neste ponto não deixa de ser relevante recordar aquilo da história e a dimensão histórica e determinada das práticas. Os anos 60 deixaram como herança uma crítica ao reducionismo economicista e à unificação repressiva das diferenças. A indicação do caráter heterogêneo dos sujeitos da revolução nos deixou uma série de observações relevantes acerca das relações entre produção e reprodução, entre condições estruturais e divisão sexual do trabalho. As novas interpretações permitiram compreender a vinculação entre corpo e política, entre trabalho produtivo e reprodutivo, entre patriarcado e capitalismo, mas também advertiram o quanto de patriarcal habitava e ainda habita na tradição. A demanda de unidade, assumida em termos de tentativa de supressão da diferença, se sustenta em uma espécie de expectativa de retorno à unidade perdida sob o signo de uma nova ortodoxia que minimize a questão da diferença sexual colocando-a como reivindicação secundária ante as urgências da hora. Conhecemos os efeitos históricos de obediências e ortodoxias. Talvez seja preciso recordá-los. A advertência final do trabalho de Butler com respeito ao desprezo marxista pelo “meramente cultural” deveria constituir um incentivo, assim como sua asseveração relativa à “compreensão desta violência (fechada na imposição sistemática da unidade contra homossexuais e réprobos de todo tipo) motivou a adesão ao pós-estruturalismo de parte da esquerda” (Butler, 2000: 121).

O acerto de Butler quando objeta as posições que atribuem aos combates contra o heterossexismo obrigatório um caráter meramente cultural não implica, contudo, que sua posição seja adequada no que se relaciona ao tipo de teoria necessária para uma interpretação das condições sob as quais nos cabe tentar hoje transformar o mundo. Os entusiasmos desconstrutivos podem ser lidos na chave de complemento da eficácia instrumental dos decisores de organismos internacionais. Porém, a paródia sokaliana relativa ao idioleto obrigatório para circular no campo das ciências sociais pode ser –e isso me parece em boa medida indubitável– uma mostra de ortodoxia reducionista de esquerda marxista primitiva, uma impostura na qual, como mostrou Roberto Follari, se entrecruzam assuntos de índole disciplinar e política, mas também um sintoma dos efeitos que muitas vezes trazem consigo as políticas de reconhecimento e a reclusão no mundo acadêmico. Desconstruir não é equivalente a politizar, políticas culturais não significam de modo, algum nem imediato, inovação política. Nada há de privilegiado na perspectiva pós-moderna.

Certamente tampouco na perspectiva marxista. A herança crítica dos anos 60 não é de modo algum obrigatória. Porém, a meu ver, uma assunção seletiva do legado pode abrir o horizonte para as tensões não resolvidas do presente, para a tolerância diante da incerteza do momento histórico e diante da impossibilidade de compreensão discursiva ou lógica das práticas. É interessante recordar que, como indica Del Barco: “Não existe um conceito puro, apartado do real, nem tampouco um real puro. Trata-se da heteronomia material que cinde a unidade baseada no sujeito transcendente. Uma vez produzida a implosão do espaço teológico do sujeito o pensamento constitui-se como a forma concreta de um real descentrado e disperso” (Del Barco, 1979). Impossível unidade do sujeito, impossível unidade entre prática e teoria.

As lógicas secretas que fazem de um produto cultural uma mercadoria, e de uma demanda identitária um efeito das leis do mercado, constituem uma trama complexa que faz com que muitas vezes o fio se perca no intrincado labirinto do capitalismo tardio. Por isso é interessante considerar o apelo à unidade e ao privilégio do próprio olhar à maneira de um sintoma. É preciso uma certa vigilância que permita advertir que não somente as velhas tradições teóricas se nutrem de apelos à unidade ou do espectro da plenitude. O espectro da plenitude não só ameaça os ortodoxos marxistas, ansiosos de recuperar a unidade da classe, mas também gays e lésbicas, travestis e transexuais quando buscam no campo da política uma resposta plena a demandas muito ligadas à própria subjetividade como que para constituir uma demanda plenamente politizável. Uma das dificuldades indubitáveis para uma política feminista e para uma articulação adequada entre esquerda cultural e social é que a ancoragem das demandas à questão do reconhecimento, do ponto de vista prático, costuma conduzir, se não existe uma perspectiva política mais ampla que permita advertir as cisões e diferenças em sociedades complexas, a políticas de subjetividades apartadas<sup>16</sup>.

De alguma maneira o que costuma estar presente é o pedido de inscrição plena de nossas subjetividades no espaço da política, é a impossibilidade de diferenciar entre demanda narcisista de completude e

---

16 Não posso deixar de apontar, em consonância com o que foi indicado por Fraser, que as relações entre economia e cultura, entre economia e política, não são simples de apreender sob o capitalismo tardio: “Nas sociedades capitalistas [...] uma institucionalização de relações econômicas especializadas permite uma relativa desvinculação da distribuição econômica em relação às estruturas de prestígio [...] portanto [...] a falta de reconhecimento e a distribuição desigual não são totalmente intercambiáveis” (Fraser, 2000: 125).

demanda política. O jogo político nas sociedades avançadas, inclusive para nós feministas, implica formalização e abstração, negociação e renúncias, posto que se trata de demandar em um espaço marcado pela história, pela luta de classes, pela desigualdade, processos históricos que, entre outras coisas, deixaram um brutal saldo de desigualdades, injustiças e derrotas cristalizadas em estruturas sociais e lógicas autonomizadas, além de uma injusta, e na maioria das vezes desapiedada, desconsideração d@s diferentes. Nem o que dizer quando se trata de desiguais e diferentes.

De meu ponto de vista, enquanto herdeira fragmentária e seletiva de uma tradição complexa e múltipla, interessa-me recuperar o olhar para a história como produto das práticas humanas; o apelo à relação entre passado e presente, assim como a necessidade de instalarse no terreno da história e de construção da memória como assuntos urgentes no tocante à edificação de hegemonia. A recuperação das genealogias e das derrotas dos subalternos, essas derrotas que alimentam o ódio inextinguível à opressão, é, deste ponto de vista, uma tarefa ligada à busca de direção e orientação para uma práxis emancipatória (Benjamin, 1982; 108).

A história, esse território aberto à práxis, isso que @s seres humanos fazemos ainda que em condições que não escolhemos, essa ferramenta indispensável para mostrar a genealogia humana –demasiado humana– de uma prática ou uma instituição, constitui um lugar estratégico. Daí, como indica Jameson, que a idéia do fim da história se apresente como um ideograma tão poderoso, uma expressão e representação ideológica de nossos dilemas atuais<sup>17</sup>.

Uma perspectiva histórica é sem dúvida indispensável para advertir que, em um país como a Argentina, onde é tão difícil a distribuição de direitos civis, uma política de direitos para gays e lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais constituiria um avanço, ainda quando haja quem suspeite das políticas dos direitos e ainda quando não se possa deixar de indicar seus inocultáveis limites. Mas nossas políticas

---

17 Embora o sentido em que Jameson discorre em “Fim da arte ou fim da história” (1999) seja diferente do apontado aqui, sua reflexão conflui com a nossa. A propósito de Fukuyama e seu célebre texto, Jameson indica que o que Fukuyama mostra em seu escrito é a fronteira de expansão do capitalismo, a impossibilidade de estender-se para além uma vez cumprida de maneira radical a expansão mundial do mercado capitalista, uma vez completada a conversão de todo objeto em mercadoria, uma vez esgotada as possibilidades de colonização e privatização da natureza, uma vez fechada a fuga para adiante do progresso. Também os limites de nossa imaginação política diante do futuro.

não se podem deter ali. O aumento das desigualdades golpeia as mulheres de setores populares, enquanto à sombra do triunfo político e ideológico do neoliberalismo retornam os ideais domésticos.

No meio do caminho entre avanços legais que ameaçam em se converter em letra morta da lei se não contamos com a força política para sustentá-los, e políticas da identidade que muitas vezes dão alento à estetização da teoria e à fragmentação *ad infinitum* de demandas que não são diretamente politizáveis, as feministas argentinas, ou pelo menos algumas de nós, aquelas que nos reconhecemos como herdeiras de uma dupla e não sempre articulável tradição, deveríamos tentar recuperar, a partir de nossas heranças teóricas e políticas, o impulso para a persecução de nossas utopias de justiça e igualdade e a reivindicação insistente do respeito pelas diferenças, ainda que seguras da inextinguível tensão que traz em si a inscrição da questão da diferença no campo do marxismo.

## BIBLIOGRAFIA

- Adamovsky, Ezequiel 2002 “Imágenes de la nueva y de la vieja izquierda. Impresiones de viaje (Londres, Génova, Moscú, Buenos Aires)” em *El Rodaballo* (Buenos Aires) Nº 14.
- Anderson, Perry 2000 “Renovaciones” em *New Left Review* (Madrid) Nº 2.
- Bellucci, Mabel y Norman, Viviana 1998 “Un fantasma recorre *El Manifiesto*: El fantasma del feminismo”, mimeo.
- Benjamin, Walter 1982 (1941) “Tesis de Filosofía de la Historia” em *Para una crítica de la violencia* (México: Premia editora).
- Boron, Atilio A. 1997 *Estado, capitalismo y democracia en América Latina* (Buenos Aires: EUDEBA).
- Bourdieu, Pierre 1994 “El campo científico” em *Redes, Revista de estudios sociales de la ciencia* (Buenos Aires) Vol. 1, Nº 2.
- Butler, Judith 2000 “El marxismo y lo meramente cultural” em *New Left Review* (Madrid) Nº 2.
- Ciriza, Alejandra 1997a “Derechos humanos y derechos mujeriles. A 20 años del golpe de estado de 1976” em *Veinte años después. Democracia y derechos humanos. Un desafío latinoamericano* (Mendoza: EDIUNC).
- Ciriza, Alejandra 1997b “Desafíos y perspectivas. Qué feminismo hoy” em *Cuyo, Anuario de Filosofía Argentina y Americana* (Mendoza) Vol. 14.
- Ciriza, Alejandra 1999a “Democracia y ciudadanía de mujeres. Encrucijadas teóricas y políticas” em Boron, Atilio A. (comp.) *Teoría y filosofía política. La tradición clásica y las nuevas fronteras* (Buenos Aires: CLACSO/EUDEBA).



- Ciriza, Alejandra 1999b “La situación de los/las intelectuales. Condiciones materiales de existencia y diferencia de género en la producción de saber” em *Páginas de Filosofía* Universidad Nacional del Comahue (Mendoza) Año VI, N° 8.
- Clarín 2002 “La crisis en los bolsillos: la peor distribución de la riqueza desde que hay datos” (Buenos Aires) 31 de marzo.
- Collin, Françoise 1999 “El diferendo entre los sexos. Las teorías contemporáneas” em *Travesías* (Buenos Aires) Año 6, N° 8.
- Da Rocha Lima, Valentina 1984 “Las mujeres en el exilio. Volverse feminista”, mimeo.
- Del Barco, Oscar 1979 “Concepto y realidad en Marx” em *Dialéctica* (México) Año IV, N° 7.
- Fraser, Nancy 2000 “Heterosexismo, falta de reconocimiento y capitalismo, una respuesta a Judith Butler” em *New Left Review* (Madrid) N° 2.
- García Canclini, Néstor 1996 “Comunidades de consumidores. Nuevos escenarios de lo público y la ciudadanía” em González Stephan, Beatriz (comp.) *Cultura y tercer mundo. Cambios en el saber académico* (Caracas: Nueva Sociedad).
- García Canclini, Néstor 1997 *Consumidores y ciudadanos. Conflictos multiculturales de la globalización* (México: Grijalbo).
- Hardt, Michael y Negri, Antonio 2002 (2000) *Imperio* (Buenos Aires: Paidós).
- Hirshman, Albert 1996 “Los conflictos sociales como pilares de la sociedad de mercado democrática” em *Agora* (Buenos Aires) Año 2, N° 4.
- Irigaray, Luce 1974 *Speculum de l'autre femme* (París: Minuit). [Traducción al español: *Speculum* (Madrid: Saltés)].
- Jameson, Fredric 1996 “Sobre los estudios culturales” em *Cultura y tercer mundo. Cambios en el saber académico* (Caracas: Nueva Sociedad).
- Jameson, Fredric 1999 *El giro cultural* (Buenos Aires: Manantial).
- Jónasdóttir, Anna J. 1993 *El poder del amor. ¿Le importa el sexo a la democracia?* (Madrid: Cátedra).
- Klein, Laura 1999 “Los jinetes del derecho frente al muro de la naturaleza” em *Travesías* (Buenos Aires) Año 6, N° 8.
- Kurtz, Robert 2002 “La privatización del Mundo” em *Folha de São Paulo* (Brasil) 14 de Julio. Em <<http://www.argenpress.info>>.
- Laclau, Ernesto 1975 *Política e ideología en la teoría marxista* (México: Siglo XXI).
- Landi, Oscar 1986 *Medios, transformación cultural y política* (Buenos Aires: Legasa).
- Lipovetsky, Gilles 1999 *La tercera mujer* (Barcelona: Anagrama).
- Meiksins Wood, Ellen 2000 “Trabajo, clase y estado en el capitalismo global” em *OSAL* (Buenos Aires) N° 1, junio.

- Paramio, Ludolfo 1986 “Feminismo y socialismo: raíces de una relación infeliz” em Labastida, Jaime (comp.) *Los nuevos procesos sociales y la teoría política contemporánea* (México: Siglo XXI).
- Pasquinelli, Carla 1986 “Movimiento feminista, nuevos sujetos y crisis del marxismo” em Labastida, Jaime (comp.) *Los nuevos procesos sociales y la teoría política contemporánea* (México: Siglo XXI).
- Rais, Hilda 1996 “No comáis vidrio” em *Travesías* (Buenos Aires) Año 4, Nº 5.
- Sen, Amartya 2000 “Compromiso social y democracia: las demandas de equidad y el conservadurismo financiero” em Barker, Paul (comp.) *Vivir como iguales* (Barcelona: Paidós).
- Sohn Rethel, Alfred 1979 *Trabajo manual y trabajo intelectual. Crítica de la epistemología* (Bogotá: El Viejo Topo).
- Stotz Chinchilla, Norma s/d “Ideologías del feminismo liberal, radical y marxista”, mimeo.
- Vasallo, Marta 1997 “¿Qué hace una feminista en un encuentro como este?” em *Travesías* (Buenos Aires) Año 5, Nº 6.
- Veca, Salvatore 1995 “Individualismo y pluralismo” em Flores D’Arcais, Paolo et al. *Modernidad y política. Izquierda, individuo y democracia* (Caracas: Nueva Sociedad).
- Witte, Bernd 1990 *Walter Benjamin. Una biografía* (Barcelona: Gedisa).
- Žižek, Slavoj 1992 *El sublime objeto de la ideología* (Buenos Aires: Siglo XXI).